

Do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa à investigação local aplicada: a experiência do GTAA Sotavento nos domínios da investigação sobre o património vernacular construído

Versão em português da comunicação submetida com o título "From The Survey on Regional Architecture In Portugal to the local applied research: the experience of GTAA Sotavento in the built vernacular heritage studies" à Conferência Internacional "surveys on vernacular architecture. Their significance in 20th century architectural culture" realizada no Porto (ESAP) entre 17 e 19 de Maio de 2012.

Vítor Ribeiro

Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitetura (FAUTL)

José Aguiar

Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitetura (FAUTL), CIAUD-FAUTL

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve (UAlg) / CEAUCP-CAM

Resumo

Ao longo dos anos 90 do século passado foram lançadas diversas iniciativas orientadas ao desenvolvimento local em espaço rural e à revitalização e reabilitação dos núcleos populacionais, nas quais era conferido particular destaque à valorização do património vernacular construído. Estas iniciativas inserem-se num processo mais amplo de regresso a uma certa ideia de ruralidade – agora mais simbólica que agrícola – e de afirmação das raízes identitárias como factor de valorização endógena construída a partir da "descoberta" do património como recurso a considerar no âmbito da diversificação económica associada às novas dinâmicas emergentes, de que o Programa das Aldeias Históricas viria a constituir a ação-piloto. Seguindo os caminhos abertos por aquela iniciativa, o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve visava estender a esta região a estratégia, os objectivos e os princípios, bem como o conjunto de práticas de intervenção que lhe estavam associadas. A criação do Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento (GTAA Sotavento) constituiu, nesse âmbito particular, oportunidade única de testar uma prática sistemática de investigação, formação e habilitação técnica nos domínios específicos do património vernacular construído procurando contribuir, entre outros e nomeadamente, para necessária transposição de escalas de investigação nos domínios do património vernacular construído: da mais genérica e territorial - a está precisamente associada ao Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa - a uma mais específica, local e particular, essencial ao suporte da prática de projeto e intervenção nestas áreas. O presente artigo procura, assim, integrar a prática de investigação levada a cabo pelo GTAA Sotavento no contexto genérico em que se insere o Inquérito, e demonstrar a sua importância no desenvolvimento da respectiva prática projetual, de forma a contribuir para a discussão e definição de modelos de práticas de intervenção em áreas e núcleos rurais.

Palavras-chave: Património vernacular construído, arquitetura regional, inquérito, áreas rurais, GTAA Sotavento

1. O Inquérito e a (re)descoberta da arquitetura popular

O Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (Amaral, 1961) - ambicioso projeto com que o então Sindicato Nacional dos Arquitetos pretendeu fazer uma "investigação sistemática dos elementos arquitectónicos tradicionais nas diversas regiões do país"¹ - constitui ainda hoje um marco na história da arquitetura portuguesa. O Inquérito foi:

(i) singular, quer face à ausência, até então, de estudos similares ou idêntica profundidade no âmbito específico da disciplina da arquitetura, quer pela heterogeneidade das abordagens, diferentes de região para região, que comporta:

(ii) inédito na leitura que faz da realidade, impondo um "olhar moderno" sobre a arquitetura popular (Leal, 2009: 42) que tanto se distancia das "simpáticas casinhas" de Raul Lino (Idem: 19) como dos "casebres" do Inquérito à Habitação Rural (Idem: 29);

(iii) um retrato "no último momento possível [e] em toda a sua plenitude, [de] um mundo prestes a desaparecer" (Pereira, 1987: IX), dadas as transformações que o mundo rural português iria sofrer, em particular, ao longo das duas décadas seguintes;

(iv) um dos "quatro momentos centrais na constituição de um campo de reflexão sobre a arquitetura popular em Portugal" (Leal, 2009: 14), assinalando, segundo Alves Costa (1995: 60), o nascimento da Arquitetura Portuguesa.

Lançado com um propósito que na altura escapou ao regime político (ou que ao regime foi sabiamente dissimulado) - o de desmontar definitivamente a tese da unidade morfo-tipológica da casa portuguesa e a "mentira arquitectónica" que, segundo Fernando Távora (1947: 8), lhe presidiu - e levado a cabo por um conjunto de jovens arquitetos formados na senda do movimento moderno, o seu

¹ Segundo reza o logo no seu art.º 1º o Decreto-Lei nº 40 349, de 19 de Outubro de 1955, documento que determina a autorização de financiamento do projeto (Amaral, 1961: p. XIV).

resultado iria no entanto ainda mais longe do que esse propósito parece enunciar.

De facto, o Inquérito terá contribuído também, e sobretudo, para legitimar “a expressão de uma arquitetura anónima, mas culta, comprometida com o lugar, mas consciente da modernidade, sem ceder ao populismo” (Tormenta, 2003: 65), como abriu portas a toda uma nova e diferente atitude. Uma atitude que, ensaiando resposta ao desígnio enunciado por Paul Ricouer – “how to become modern and to return to sources” (Cit. por Frampton, 1983: 16) -, procurava temperar a concepção do *Estilo Internacional* através de uma estratégia de mediação do impacto de uma civilização universal com elementos inerentes a um lugar particular (Frampton, 1983: 21) ou uma relação mais expressiva com a natureza do que aquela que a tradição mais abstrata e formal da arquitetura moderna permitia (Idem: 26).

Mas se esta condição nos parece evidente e viria a contribuir para a emergência de alguns percursos profissionais (entre os quais Fernando Távora emerge como figura-chave) que procuraram estabelecer a síntese possível entre a transformação necessária ditada pelas novas exigências de conforto e desempenho e a importância das permanências e a consideração das características do lugar, certo é que os estudos associados ao Inquérito, a nível da investigação em torno à arquitetura tradicional, poucos desenvolvimentos ou aprofundamentos terão tido.

Por um lado, porque, à parte alguns projetos mais qualificados e destinados a uma elite mais informada, de pouco terá servido à designada arquitetura corrente – que constitui o grosso da produção arquitectónica, correspondendo, em muitos casos, a uma arquitetura sem arquitetos (Rudofsky, 1981 [1964]) – no normal e necessário processo de adaptação e transformação que caracteriza (também, é bom lembrá-lo) a arquitetura vernacular².

Por outro lado, - e este é ponto que pretendemos evidenciar - porque poucas foram, ao longo destas cinco décadas, as iniciativas que fizeram a necessária

² A este propósito, cf. o conceito de arquitectura vernacular definido na *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* (ICOMOS, 1999).

transposição da escala nacional/territorial do Inquérito para a escala local – algo de que já em 1979 se lamentava a Direção da então Associação dos Arquitetos Portugueses no prefácio à segunda edição da publicação³.

Ficou para sempre de fora, também, o desenvolvimento de um olhar similar sobre a arquitetura urbana, i.e. um estudo morfo-tipológico da arquitetura da cidade, levantamento de fôlego similar ou ainda maior, sobre a edificação urbana pré-moderna que permitiria estabelecer múltiplas correlações com o Inquérito e de decisiva (atual) necessidade para sustentar a reabilitação do património urbano.

Muito embora, aos olhos dos mais apressados na análise, o Inquérito possa ter sido (ou ser ainda) percebido quase como encerrando em si mesmo o conhecimento que faltava sobre a “arquitetura popular”, são mais as portas que o mesmo deixa abertas – como o referido prefácio reconhece – do que aquelas que, supostamente, encerra.

Com efeito, como o próprio Francisco Silva Dias, um dos arquitetos integrante da equipa responsável pela Zona 4 / Estremadura, verifica em entrevista recente (Villas Boas, 2011), o Inquérito reflete essencialmente uma análise macro, necessariamente geral (dadas as limitações do próprio projeto) e mais preocupada em enunciar as singularidades das ocorrências - ou a sua correspondência com os critérios arquitetónicos do modernismo⁴ - do que propriamente a sua constância ou relevância efetiva.

Pelo que, pese embora a sua importância no romper da hegemonia da casa portuguesa – ou na sua morte (Alves Costa, 1995: 60) – bem como na “institucionalização da arquitetura popular como um campo dotado da sua autonomia própria” (Leal, 2009: 61), o Inquérito está por isso longe de esgotar as possibilidades de desenvolvimento de estudos mais detalhados. Estudos esses que permitissem levar a uma segunda escala, mais exaustiva e sistemática - os

³ “É de lamentar que, após a publicação da 1ª edição, pouco se tenha feito no sentido de aprofundar e eventualmente completar as múltiplas pistas de estudo que esta obra sugere” (Dias, 1979: XII)

⁴ Cf. a esse propósito os testemunhos de Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira recolhidos por João Leal (2009: 42).

inventários científicos detalhados recomendados pelo Conselho da Europa (Council of Europe [CE], 1989: 2) -, o registo de tudo quanto o Inquérito apenas enuncia, infere ou deixa escapar.

Ora, não podendo haver uma ação bem fundamentada – seja essa ação do mais estrito restauro, de mera conservação ou mesmo de necessária transformação - que não esteja suportada num conhecimento alargado do território sobre a qual incida, escusado será dizer que a ausência desses estudos mais detalhados acabaria por ter efeitos visivelmente negativos.

Em primeiro lugar, ao permitir que o Inquérito, sem esse complemento, se tornasse num espécie de catálogo, cartilha ou manual (para o que a escala de abordagem é muito pouco operativa, estando também longe do que era pretendido pelos seus autores), abrindo espaço à emergência da generalização caricatural⁵ - precisamente um dos aspectos mais criticados no formulário da casa portuguesa.

E, em segundo lugar, ao contribuir para que a ruptura nas tradições construtivas – que as condições de vida associadas à habitação rural exigiam de forma premente, como havia já sido denunciado pelo Inquérito à Habitação Rural (Basto & Barros, 1943; Barros, 1948) e outros estudos de entre os quais os levados a cabo no âmbito da etnologia – possa ter sido mais forte e traumática (do ponto de vista patrimonial) do que por ventura seria suposto ou deveria ter sido.

Ora, para determinar as condições que criaram “as nossas casas antigas ou populares” e estudar “os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento” (Távora: 1947: 11), ou ainda, “saber como comem e dormem os portugueses, (...) aprender as suas técnicas de construir e maneiras de entender o espaço”, “recuperar a história da arquitetura” e “conciliar a arquitetura erudita com a tradição popular”, que era

⁵ De que uns folhetos distribuídos pelo semanário Expresso, há não muito tempo, sob a designação Casas do Norte, Casas do Sul e Casas das Ilhas, constituem um dos mais recentes exemplos. Cf. em http://expresso.sapo.pt/casas_tradicionais_portuguesas=f501518.

aquilo de que tratava o Inquérito (Alves Costa, 1995: 61-62), exigia ir muito mais longe e mais fundo no levantamento e na análise.

Exigia essa segunda escala que não cabia nos propósitos do Inquérito mas da qual o próprio carácter da arquitetura popular – “a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam”, em resultado das “necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais.” (ICOMOS, 1999) – não poderia prescindir no âmbito do processo de transmissão intergeracional de saberes.

Porque rompida essa tradição – algo que está bem patente na dificuldade que é hoje encontrar, em algumas zonas do país, empresas, mestres-de-obras ou operários qualificados e experientes nas velhas artes da construção – esse outro registo permitiria conservar os elos entre a contemporaneidade e tradição e estabelecer a mediação de que atrás se falou.

E essa exigência de transposição de escala funda-se, em nossa opinião, em cinco razões fundamentais, a primeira das quais se esgota em si mesma, no sentido em que visa aprofundar o estudo do ponto vista meramente académico.

Em segundo lugar, essa transposição importa fazer-se como ato de produzir história, fixando elementos e aspectos essenciais da nossa cultura arquitetónica e construtiva no lugar que lhes cabe (mas que lhes tem sido, em certa medida, negado) na história da arquitetura portuguesa. Porque uma cultura sem a sua história é uma cultura sem raízes e, muito possivelmente, sem significado (Oliver, 2006: 25), mas também porque a história, enquanto ferramenta ao serviço do projeto, pode ajudar a “resolver os problemas do presente” (Távora, 1947: 7).

Em terceiro lugar, justifica-se no propósito de sustentar uma estratégia para a preservação ou reabilitação de (pelo menos) uma parte desse património – porque “In the end, we conserve only what we love. We will love only what we understand. We will understand only what we are taught” (Dioum, 1968).

Em quarto lugar, porque a sua importância é fundamental de modo a "integrar a salvaguarda do património construído no processo de planeamento económico, de ordenamento do território e de proteção do ambiente" (CE, 1989: 2).

E, por fim, porque os sistemas tradicionais de construção e as competências artesanais associadas ao vernáculo "devem ser retidas, registadas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação" (ICOMOS, 1999).

Mas passados 50 anos, os poucos casos que se conhecem onde essa transposição de escala foi ensaiada estão mais associados a necessidades específicas e pontuais, decorrentes de intervenções planeadas sobre determinadas áreas – como é o caso que motiva a presente investigação –, do que propriamente a um propósito mais sistemático, abrangente e programado.

Não só essa transposição de escala ficou por cumprir para a grande maioria dos territórios, como cada vez mais se justifica fazer, à mesma escala do Inquérito, um ponto de situação atual da arquitetura vernacular em Portugal, num momento particular de transformação da cidade contemporânea em que a paisagem e a componente ecológica assumem cada vez maior protagonismo. Um ponto de situação que permitisse identificar – para melhor compreender – as transformações ocorridas, as linhas de força que as determinam, a premência, oportunidade e possibilidade da salvaguarda do que resta, bem como a sua importância da restituição deste conhecimento no âmbito do discurso da sustentabilidade e para conformar caminhos para o (também seu) futuro.

2. A redescoberta da ruralidade e os programas de revitalização das aldeias

Levado a cabo num momento que se viria revelar charneira da história da arquitetura portuguesa, considerando as transformações ocorridas ao longo das duas décadas seguintes, a importância conferida à arquitetura tradicional que o Inquérito traduz acompanha o processo de patrimonialização de todo um conjunto de manifestações do engenho e da cultura humanas até então consideradas menores.

Este esforço de patrimonialização⁶ – que se insere no que Françoise Choay (2003: 183-184) designa como “expansão ecuménica” do conceito de património – parte não só do reconhecimento da sua importância e valor mas também da consciência da necessidade do seu registo e salvaguarda face ao processo de desruralização que se intensificou nas sociedades ocidentais, em particular a europeia, no período do pós-guerra.

Esforço esse que virá, essencialmente, a traduzir-se num movimento espontâneo de (re)descoberta e retorno ao campo por parte daqueles que nunca ou viveram e dele guardavam a imagem idílica e uma certa nostalgia das raízes perdidas da sua identidade; e, por outro lado, no lançamento de um conjunto de ações programadas e dirigidas ou impulsionadas pelas políticas europeias de desenvolvimento local e/ou rural e suportadas pelos fundos de financiamento comunitários que lhes estiveram associados.

Mas se no primeiro caso se pode falar, de certa forma, num fenómeno de moda ou de movimentos particulares mais ou menos residuais⁷ que constituem ações pontuais ou desconexas, no segundo trata-se já de uma ação consciente destinada a travar o processo referido de desruralização através de políticas de desenvolvimento local em meio rural. Políticas essas que, a par da diversificação da atividade económica, enfatizam a importância da preservação e valorização do património histórico, cultural, natural e paisagístico e apostam na patrimonialização dos recursos locais, colocados ao serviço do desenvolvimento das atividades económicas e turísticas.

⁶ Cf. entre outros documentos: *European Charter of the Architectural Heritage* (CE, 1975), the *Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas* (UNESCO, Nairobi, 1976), the *Granada Appeal on Rural Architecture and Regional Planning* (CE, 1977), the *Tlaxcala Declaration on the Revitalization of Small Settlements* (ICOMOS, 1982), the *Recommendation No. R (89) 6, on the protection and enhancement of the rural architectural heritage* (CE, 1989), the *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* (UNESCO, 1989), the *Recommendation No. R (95) 9, on the integrated conservation of cultural landscape areas as part of landscape policies* (CE, 1995) and the *Charter on the Built Vernacular Heritage* (ICOMOS, 1999).

⁷ Estamo-nos a referir, especificamente, à instalação em algumas aldeias e zonas rurais de cidadãos estrangeiros herdeiros, na sua maior parte, dos movimentos libertários e ambientalistas desenvolvidos em muitos países europeus ao longo dos nos 60 e 70, e que procuram um nova filosofia de vida mais ligada à natureza.

Mas, como sublinha Afonso de Barros (cit. por Graça, 1999: 311), esse já não é um retorno à ruralidade predominantemente agrícola, cuja função principal era a produção de alimentos e em que a agricultura era a atividade económica dominante, ao serviço da qual a arquitetura desempenhava um papel eminentemente utilitário e funcional. É antes um retorno a uma ruralidade estetizada ou meramente simbólica, cuja valorização é construída a partir da ideia de património, para a qual converge, entre outras, uma tendência de procura de autenticidade (Ferrão, 2000: 48), expressa precisamente, nas intenções de conservação e proteção dos patrimónios histórico e cultural.

E assim, passada uma fase em que as tradições arquitetónicas e construtivas tenderam a ser rejeitadas pelo grosso da população⁸ – que as associava às más condições de vida que pretendiam ultrapassar e esquecer –, a arquitetura rural tradicional e as aldeias (a unidade espacial que, em muitas áreas, concentra o essencial da sua produção), voltam a ser temas da contemporaneidade. E é nesse quadro que se inscreve o lançamento do Programas das Aldeias Históricas e um conjunto subsequente de experiências de revitalização e reabilitação de núcleos rurais associadas a um plano de intervenção estruturado e enquadradas num programa estratégico elaborado para o efeito, entre eles o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve.

(Re)encenam-se vivências, (re)criam-se ambientes, (re)constroem-se patrimónios. De facto, a par de uma ou outra experiência mais fundamentalista, em que se procura ser o mais fiel possível à tradição construtiva local, e alguns (muito poucos, infelizmente) projetos inovadores que ensaiam a relação entre tradição e contemporaneidade, subsiste uma grande dose de voluntarismo, ainda que bem-intencionado, e um significativo número de equívocos.

Entre esses equívocos emerge a ausência frequente de um fundamento adequado e informado das opções tomadas - só possível se suportado no conhecimento efetivo da realidade preexistente, conhecimento para o qual a referida transposição de escala era (é) essencial. E muito embora estes programas possam ter permitido, nalguns casos, fazer emergir novas leituras e

⁸ Que se poderá fazer corresponder às décadas de 60, 70 e 80 do século passado.

De entre estes, o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve - no âmbito do qual foram criados dois Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias (GTAA, respectivamente, do Barlavento e do Sotavento) - viria a constituir uma oportunidade única para o desenvolvimento de uma prática de investigação local aplicada nos domínios da arquitetura tradicional que permitiu, à escala da região do Algarve, ensaiar a referida transposição de escalas.

Fruto de uma ação articulada entre a CCDR Algarve e as autarquias envolvidas, os dois Gabinetes consistiam em estruturas técnicas multidisciplinares que integravam arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros técnicos civis, engenheiros técnicos electrotécnicos, medidores-orçamentistas e, no caso do Sotavento, um designer.

A sua criação visava operacionalizar as ações previstas nos Planos de Intervenção de Aldeia (PI), assim como fazer a articulação entre as várias escalas de planeamento, de projeto e de acompanhamento das diversas intervenções, contribuindo com a definição de um conjunto de princípios e metodologias de intervenção transversais às várias aldeias.

Com uma duração prevista correspondente à vigência do QCA III que os suportava financeiramente através dos fundos diretamente associados ao Programa, tiveram uma primeira fase de funcionamento entre 2001 e o final de 2003 e uma segunda fase entre meados de 2004 e o final de 2006.

No caso específico do GTAA Sotavento, este viria a afirmar uma dinâmica e uma ação estruturada que lhe permitiu prosseguir uma prática de investigação sistemática paralela à prática de projeto para que foi efetivamente criado, da qual viriam a emergir algumas investigações académicas (Costa, 2008; Ribeiro 2011), entre as quais se integra a presente.

Essa ação, num primeiro momento e no âmbito ainda da elaboração dos PI, traduziu-se no envolvimento direto da equipa no desenvolvimento dos estudos de caracterização das quatro aldeias de que estava incumbido – permitindo-lhe assim uma primeira de abordagem, à escala do território e da aldeia e respectivas relações.

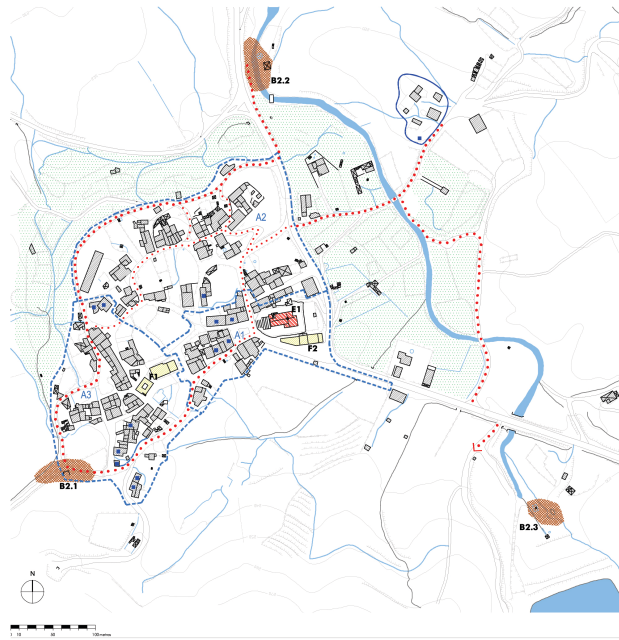


Figure 3. *Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, Plano de Intervenção de Vaqueiros: Planta Síntese de Diagnóstico (GTAA Sotavento)*

Num segundo momento, relativo a uma fase de transição entre as duas fases do programa (associadas a dois contratos-programa distintos), a equipa esteve envolvida numa pesquisa complementar que recaiu, entre outros temas, no estudo morfo-tipológico dos assentamentos rurais correspondendo a uma segunda escala de aproximação (Costa, 2004).

Ao longo da execução do programa, essa ação traduzir-se-ia ainda na elaboração dos projetos técnicos correspondentes às ações previstas nos PI, os quais viriam a exigir uma terceira escala de aproximação, a relativa aos materiais e técnicas de construção tradicional, cuja aferição viria a ser feita em algumas das obras executadas.

De facto, qualquer um dos projetos elaborados continha indicações resultantes dos estudos e levantamentos dos materiais e técnicas de construção tradicional que iam sendo elaborados paralelamente, constituindo documentos prévios à posterior publicação, em livro, de um inventário de materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional do Sotavento algarvio (Ribeiro, 2008b).



Figure 3. Planta de conjunto de (Costa, 2004: 58).

Tendo, desde cedo, definido um conjunto de princípios de coerência transversais a todos os projetos a elaborar que se cruzavam no propósito essencial de contribuir para a recuperação do uso e aplicação desses materiais e técnicas, o GTAA Sotavento procurou, através da sua incorporação nos projetos e respectivas obras, induzir efeitos demonstrativos capazes de fazer despertar do esquecimento os saberes e práticas que lhes estão associados, revelando a sua importância para a afirmação da identidade local e reforço da sua atratividade no contexto do turismo cultural.

E a incorporação desses materiais e técnicas de construção tradicional deu-se quer no âmbito de intervenções em preexistências de características vernaculares, quer nas novas construções associadas a novas linguagens e modelos, procurando estabelecer sempre um diálogo integrador – ou mediador,

como atrás referido, entre contemporaneidade e tradição - mas recusando quaisquer processos ou intenções miméticas¹¹.



Figure 4. Execução de calçada irregular de xisto em projeto do Gtaa Sotavento (Ribeiro, 2008a: 192).

A viabilização da continuidade do GTAA Sotavento para além do prazo inicialmente definido, prolongando a sua existência por mais um ano, viria a permitir, não só, dar continuidade ao trabalho de projeto e acompanhamento de obra desenvolvido na primeira fase como ainda lançar, já na sua fase de encerramento, um conjunto de ações de divulgação e formação no âmbito da arquitetura vernacular e dos materiais e técnicas de construção tradicional que se inscrevem naquela que acabaria por se tornar a mais importante componente do seu trabalho. Componente cuja importância, importa dizê-lo, viria a ser enfatizada por um certo desapontamento relacionado com a execução do Programa e o escasso número de ações previstas e de projetos realizados efetivamente implementados.

¹¹ Lembrando a esse propósito que, como defende Françoise Choay “renovar espaços de vida com a competência de articular que, ao longo dos milénios, contribuiu com um mesmo movimento para fixar os homens ao meio natural e fazê-los recomeçar sempre a instituição da sua comunidade é uma opção válida” (Choay, 2006: 224).

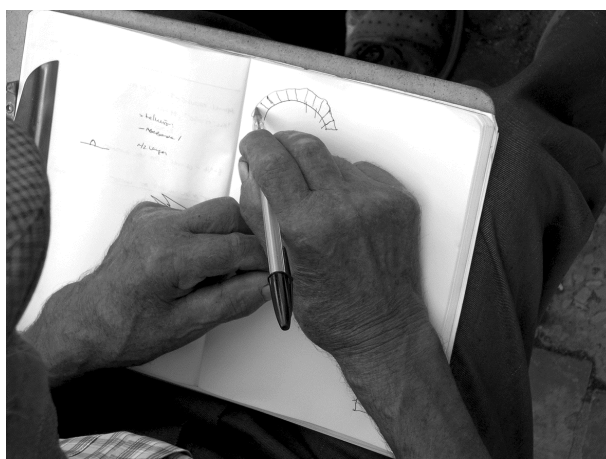


Figure 5. Desenho de explicação da construção de uma abóbada por mestre local em conversa com os técnicos do Gtaa Sotavento (Ribeiro, 2008a: 220).

De entre essas ações, destacam-se o seminário e a oficina levados a efeito bem como o vídeo (GTAA Sotavento, 2007a, 2007b, 2007c) e os dois livros editados (Ribeiro, 2008a, 2008b) que, em qualquer dos casos, partiam do reconhecimento da importância de, face à singularidade da arquitetura tradicional, adoptar abordagens específicas, quer no que respeita ao seu estudo, quer em relação à formação técnica¹². Abordagens essas consideradas essenciais no processo de valorização do património como factor de desenvolvimento local e sem as quais dificilmente se poderá dar continuidade às manifestações arquitectónicas vernaculares na prática contemporânea, mesmo que reinterpretadas e integradas em novas linguagens.

Nesse quadro¹³, a edição de uma publicação sobre os sistemas construtivos tradicionais encerrava dois propósitos distintos mas complementares: por um lado, (i) o cumprimento de uma proposta de ação inscrita nos próprios PI; por outro, e sobretudo, (ii) a consubstanciação da prática de pesquisa, investigação

¹² No âmbito das quais se incluem a "criação de cursos especializados sobre materiais e técnicas tradicionais de construção, a sua duração e possíveis combinações com materiais contemporâneos, assim como os seus custos e condições de utilização actual ou da sua substituição por técnicas e materiais contemporâneos" (CE, 1989), e como determina igualmente the *Charter on the Built Vernacular Heritage* (ICOMOS, 1999).

¹³ E partindo, importa referi-lo, da consciência de que uma política de conservação "no âmbito de uma política de ordenamento do território, só é possível se existir um inventário dos bens a manter" (ICOMOS, 1999) e de que a salvaguarda da memória colectiva depende igualmente do "desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e identificação" do património (CE, 1989).

e levantamento, essencial para a compreensão do território de ação, que acompanhou o desenvolvimento da prática projetual do Gabinete.

Último ato do trabalho desenvolvido ao longo dos seus sete anos de existência, essa publicação foi por isso assumida pelo GTAA como um dos seus mais importantes trabalhos a desenvolver. Importante como instrumento pedagógico¹⁴; importante como ato de transmissão aos vindouros de uma herança (património) que nos foi legada pelos nossos antepassados; mas importante também pela oportunidade de aferir no terreno a validade das generalizações associadas ao Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa e ir mais além delas tanto quanto possível.

4. Considerações finais

A experiência empreendida pelo GTAA Sotavento no estudo do património vernacular construído da região oriental da serra do Caldeirão, no Algarve, constitui apenas um pequeno exemplo - determinado, neste caso, por necessidades ou circunstâncias específicas e pontuais - dessa transposição de escala que os desígnios associados ao Inquérito não dispensavam mas que ficou, em grande medida, por cumprir.

A fim de dar prosseguimento, hoje, a esses desígnios importa, por isso, e por um lado: (i) voltar aos lugares do Inquérito e tentar compreender, para aprender, com o processo de transformação; (ii) empreender o completamento do inquérito com a produção de atlas sistemáticos e locais; e (iii) estabelecer sistemas de partilha de informação (um banco de dados suportado na net, p.e.) sobre práticas construtivas locais e suas relações com outras disciplinas (história, etnologia, antropologia).

Por outro lado, e finda uma primeira fase de implementação das iniciativas de revitalização das aldeias, importa ainda: (i) sistematizar a informação respeitante a essas iniciativas, distinguindo-as nos seus propósitos, tipologias, problemas, dificuldades, contradições e resultados; (ii) analisar e discutir as

¹⁴ Importância essa que a dificuldade sentida, no âmbito das obras executadas, em encontrar empresas, mestres e operários qualificados e experientes no uso dos materiais e técnicas tradicionais de construção bem evidenciou.

respectivas intervenções à luz dos princípios, conceitos e práticas de reabilitação; (iii) confirmar a pertinência de abordagens diferenciadas à problemática associada às intervenções em áreas e núcleos rurais e definir o respectivo âmbito; e (iv) demonstrar a aplicabilidade de um modelo de intervenção que encare as especificidades da respectiva escala e âmbito territoriais procurando sustentar o desenho de uma matriz metodológica de práticas urbanísticas e de intervenção arquitectónica em áreas rurais e no património rural construído.

E é precisamente este último o conjunto de propósitos que associamos à investigação a que nos propusemos e em cujo âmbito se insere o presente contributo.

Agradecimentos

Para todos os colegas que integraram a equipe do GTAA Sotavento, de Junho de 2001 a Dezembro de 2007 - Adélia Salvador, Alexandre Costa, Ângela Santos, Fábio Cabrita, Marta Almeida, Marta Gonçalves, Marta Santos, Paulo Silva, Pedro Ferreira, Rui Pereira, Sílvia Bento, Sílvia Caiado e Stefano Malobbia – e ainda para os estudantes Carla Azinheira, Eugénia Teixeira e Luís Loures que ali realizaram o seu estágio.

Um agradecimento especial para o Stewart Seaton que gentilmente fez a revisão da versão em inglês do presente artigo.

Este texto inscreve-se na bolsa de individual de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/76299/2011, bem como no projeto LIMECONTECH - Conservation and durability of historical renders: compatible techniques and materials (FCT: PTDC/ECM/100234/2008).

References

Alves Costa, A. (1995). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: Outros Textos Sobre Arquitectura Portuguesa*. Série 2. Argumentos. Porto: FAUP.

Amaral, F.K. do [et. al.] (2004 [1961]). *Arquitectura Popular em Portugal*. 4º Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2 Volumes.

Barros, H. de (1948). *Inquérito à Habitação Rural*. Vol. 2º.

Basto, E. A.de L., & Barros, H. de (1943). *Inquérito à Habitação Rural*. Vol. 1º.

Choay, F. (2006). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Conselho da Europa (1977). Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território. In LOPES, F., & CORREIA, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Costa, M. R. (2008). *Casas e Montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*. Doctoral Thesis. Oporto University/Faculty of Architecture. Unpublished.

Costa, M. R. (coord. técn.) (2004). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*. Castro Marim: Associação Odiana.

Council of Europe (1975). *European Charter of the Architectural Heritage* [on-line]. Committee of Monuments and Sites, 4th session, Strasbourg, 25-27 June 1975. Retrieved from <https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=581176&SecMode=1&DocId=1141782&Usage=2>

Council of Europe (1989). *Recomendação No. R (89) 6, 13 April 1989 sobre a Protecção e a valorização do património arquitectónico rural* [on-line]. Retrieved from <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=recomendacao-n-r-89-6-sobre-a-proteccao-e-a-valorizacao-do-patrimonio-arquitectonico-rural-estrasburgo-1989>

RECOMENDAÇÃO Nº R (89) 6 SOBRE A PROTECÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO RURAL - ESTRASBURGO, 1989

Council of Europe (1995). *Recommendation No. R (95) 9, on the integrated conservation of cultural landscape areas as part of landscape policies* [on-line].

Retrieved from

<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=536539&SecMode=1&DocId=527032&Usage=2>

Decreto-Lei nº 40 349, de 19 de Outubro de 1955. In Amaral, Francisco Keil do [et. al.] (2004 [1961]). *Arquitectura Popular em Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. p. XIV.

Dias, A. S. [et. al.] (1979). Prefácio à 2ª Edição. In Amaral, Francisco Keil do [et. al.] (2004 [1961]). *Arquitectura Popular em Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. Vol. I, pp. XI-XII.

Dioum, B. (1968). Speech made in the General Assembly of the International Union for Conservation of Nature, New Delhi, India, 1968.

Ferrão, J. (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro* [Em linha]. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa: Celta Editora/CIES. Nº 33 (Set. 2000). pp. 45-54.

Retrieved from

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200003&lng=pt&nrm=iso>.ISSN 0873-6529.

Frampton, K. (1983). Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance. In Foster, Hal (Ed.). (1983). *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*. Washington: Bay Press. pp. 16-30.

Graça, J. (1999). Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? in CAVACO, Carminda (coord.) (1999). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. pp. 310-312.

GTAA Sotavento (coord. geral) (2007a). *Construções em Xisto*. [DVD]. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

GTAA Sotavento (org.) (2007b). *Seminário Materiais e técnicas de construção tradicional: um património com futuro?* [CDROM]. Comunicações e documentação. Faro, CCDR Algarve, 19 e 20 de Abril de 2007. Tavira: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve.

GTAA Sotavento (org.) (2007c). *Oficina Materiais e técnicas de construção tradicional: conhecer para agir* [CDROM]. Comunicações e recomendações. Cachopo, 26 a 30 de Novembro de 2007. Tavira: GTAA Sotavento.

ICOMOS (1982). *Tlaxcala Declaration on the Revitalization of Small Settlements* [on-line]. Third Inter-American Symposium on the Conservation of the Building Heritage, Mexican National Committee of ICOMOS, Trinidad, Tlaxcala, 25 to 28 October 1982. Retrieved from <http://www.icomos.org/index.php/en/charters-and-texts?id=385:tlaxcala-declaration-on-the-revitalization-of-small-settlements&catid=179:charters-and-standards>.

ICOMOS (1999). *Carta Sobre o Património Construído Vernáculo*. ICOMOS 12th General Assembly, Mexico, October 1999.

Leal, J. (2009). *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto Marques da Silva.

Oliver, P. (2006). *Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture* (1st ed.). Architectural Press.

Pereira, N. T. (1987). Prefácio à 3ª Edição. In Amaral, Francisco Keil do [et. al.] (2004 [1961]). *Arquitectura Popular em Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. Vol. I, p. IX-X.

Ribeiro, V. (2011). *Boas práticas de reabilitação do património vernacular construído. A experiência do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*. MSc Dissertation. Technical University of Lisbon /Faculty of Architecture. Unpublished.

Ribeiro, V. (coord.) (2008a). *GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001-2007*. Faro: CCDR Algarve.

Ribeiro, V. (coord.) (2008b). *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Faro: CCDR Alg; Porto: Afrontamento.

Rudofsky, B. (1981). *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. 5th ed. London: Academy Editions.

Távora, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de arquitectura. Lisboa: Tip. Imp. Libânio da Silva.

Tormenta, P. (2003). *Fernando Távora: do problema da Casa Portuguesa à Casa de Férias de Ofir*. DC: revista de crítica arquitectónica/Papeles DC. Barcelona. Nº 9/10 (2003).

UNESCO (1976). *Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas* [on-line]. The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 19th session, Nairobi, 26 October to 30 November 1976. Retrieved from http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

UNESCO (1989). *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* [on-line]. The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 25th session, Paris, 17 October to 16 November 1989. Retrieved from http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

Villas-Boas, M. (Entrevista) (2011). *ArquitECTURA Popular em Portugal, 50 anos depois* [on-line]. Encontros com o Património, TSF, 12 de Novembro de 2011. Retrieved from http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=2117410.